



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2012

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Vale ressaltar que as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Itapebi reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, diretos e indiretos, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

HISTÓRICO

A Usina Hidrelétrica (UHE) Itapebi está localizada no Rio Jequitinhonha, na divisa dos estados de Minas Gerais e Bahia, e gera energia elétrica através de três unidades geradoras com capacidade nominal de 150 MW cada uma, totalizando uma capacidade instalada de 450 MW, e possui energia assegurada de 1.721.340 MWh, tendo sua operação iniciada em fevereiro de 2003. A partir de 20 de julho de 2006, a energia assegurada passou para 1.877.268 MWh, devido à entrada em operação da UHE-Irapé, conforme Despacho nº 1.758/06 da ANEEL.

Em 4 de outubro de 2012, através do despacho nº 3.095 a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - decidiu registrar uma nova Potência Instalada de 462.011 kW e a Potência Líquida de 460.532 kW da UHE Itapebi, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 08 de abril de 1999 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 37/1999.

MERCADO DE ENERGIA

• FORNECIMENTO DE ENERGIA

A Companhia possui contrato de compra e venda mercantil de energia elétrica até o exercício de 2017 com a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, para o fornecimento de volumes anuais de energia de 1.721.340 MWh/ano. Mediante Despacho nº 1.758 de 03/08/2006 da ANEEL, foi aprovada a comercialização do incremento de 155.928 MWh/ano, a partir de 2 de julho de 2007, passando o volume anual para 1.877.268 MWh/ano.

INVESTIMENTOS

• PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Em 2012 foram investidos aproximadamente R\$ 1,8 milhões no desenvolvimento de 12 Projetos de P&D sendo 2 (dois) próprios e os demais cooperados com outras empresas. Apenas um projeto se refere ao Ciclo 2007/2008. Os demais cumprem a Resolução Normativa da ANEEL nº 316/2008.

Neste ano foi realizado o III Encontro sobre Pesquisa e Desenvolvimento dos projetos da Itapebi em cooperação com outras empresas do Grupo.

Conforme estabelece a Resolução Normativa da ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008, as informações sobre os programas de pesquisa e desenvolvimento da empresa estarão disponíveis a partir de março de 2012, no portal eletrônico www.itapebi.com.br.

DESEMPENHO OPERACIONAL

• GERAÇÃO DE ENERGIA - OPERAÇÃO

Em 2012 foi gerado o montante de 1.163.853 MWh (em 2011, 1.360.798 MWh e em 2010 1.050.658 MWh), o qual representou 62% da energia assegurada.

O fator de carga médio da Usina foi de 29,43%, produzindo 132,45 MW médios.

O índice de disponibilidade acumulado da Usina em 2012 foi de 97,28% e o índice de confiabilidade acumulado foi de 99,94%.

A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), em que participam os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INDICADORES EMPRESARIAIS

	2012	2011	Variação % 2012/2011
Indicadores empresariais			
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	333.897	374.318	(10,80)
Receita operacional líquida	317.936	353.158	(9,97)
EBITDA	233.589	213.264	9,53
Resultado do serviço	223.755	194.628	14,97
Resultado financeiro sem juros sobre capital próprio	(8.261)	(21.114)	(60,87)
Lucro líquido	185.744	149.002	24,66
Margem EBITDA (%)	73,47%	60,39%	13,08 p.p.
Margem operacional (%)	70,38%	55,11%	15,27 p.p.
Margem líquida (%)	58,42%	42,19%	16,23 p.p.
Indicadores financeiros			
Ativo total	702.512	655.847	7,1
Dívida bruta	202.313	203.942	(0,8)
Patrimônio líquido	398.515	396.096	0,6
Investimentos	8.110	3.482	132,9
Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos	25.326	80.842	(68,7)
Dívida total líquida/EBITDA (*)	0,108	0,379	(71,4)
Dívida total líquida/(Dívida total líquida + Patrimônio líquido)	0,060	0,170	(64,7)
Dívida de curto prazo líquida/Dívida total líquida	(6,883)	(1,468)	369,0
Patrimônio líquido/Ativo total	0,567	0,604	(6,1)
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.			

Em atendimento à Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 que rege sobre a divulgação voluntária do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) segue detalhamento abaixo:

	Conforme Inst. CVM 527/2012		Variação % 2012/2011
	2012	2011	
Conciliação EBITDA			
Lucro líquido	185.744	149.002	24,7
Despesas financeiras	21.739	29.995	(27,5)
Receitas financeiras	(13.478)	(8.881)	51,8
Imposto de renda	28.351	22.928	23,7
Amortização/Depreciação	9.834	18.636	(47,2)
Amortização de ágio	1.399	1.584	(11,7)
EBITDA	233.589	213.264	9,5

Conforme Art. 4º da mesma Instrução, a companhia pode optar por divulgar os valores do LAJIDA e do LAJIR excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificado no Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa. Esta divulgação deve ser sempre indicada pelo termo "ajustado". Informamos que não há divergências entre a forma apresentada pela Companhia e conforme a Instrução CVM nº 527.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Notas	31/12/12		31/12/11	
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	172.366	115.497		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	27.646	35.307		
Títulos e valores mobiliários	5	4.621	7.603		
Impostos e contribuições a recuperar	6	21.644	10.647		
Despesas pagas antecipadamente		302	292		
Outros ativos circulantes		257	293		
TOTAL DO CIRCULANTE		226.836	169.639		
NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições a recuperar	6	-	2.013		
Partes relacionadas	21	12.044	17.381		
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	6.924	8.577		
Depósitos judiciais	8	2.545	2.533		
Investimentos		2.108	1.583		
Imobilizado	9	449.259	452.306		
Intangível	10	2.796	1.815		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		475.676	486.208		
TOTAL DO ATIVO		702.512	655.847		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	11	14.072	9.823		
Debêntures	12	2.673	4.462		
Salários e encargos a pagar	13	2.781	1.971		
Taxas regulamentares	14	3.170	2.628		
Impostos e contribuições a recolher	15	32.362	5.110		
Dividendos e juros sobre capital próprio	16	21.314	4.726		
Provisões	17	11.965	11.852		
Partes relacionadas	21	16	1.964		
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		1.556	1.501		
Outros passivos circulantes		145	39		
TOTAL DO CIRCULANTE		90.054	44.076		
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	12	199.640	199.480		
Taxas regulamentares	14	2.151	4.060		
Provisões	17	948	941		
Partes relacionadas	21	15	412		
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		11.154	10.749		
Outros passivos não circulantes		35	33		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		213.943	215.675		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	105.000	105.000		
Reservas de capital		80.174	80.174		
Reservas de lucros		160.325	123.790		
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		53.016	87.132		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		398.515	396.096		
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		702.512	655.847		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	105.000	18.182	61.992	74.659	21.000	-	57.410	338.243
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	149.002	-	149.002
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	(57.410)	(57.410)
Destinações:								
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	28.131	-	(28.131)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(20.165)	-	(20.165)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(13.574)	-	(13.574)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(87.132)	87.132	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	105.000	18.182	61.992	102.790	21.000	-	87.132	396.096
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	185.744	-	185.744
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	(87.132)	(87.132)
Destinações:								
Reserva de Incentivo Fiscal SUDENE	-	-	-	36.535	-	(36.535)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(22.733)	-	(22.733)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(73.460)	-	(73.460)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(53.016)	53.016	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	105.000	18.182	61.992	139.325	21.000	-	53.016	398.515
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em milhares de reais

	31/12/12		31/12/11	
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício (antes dos impostos)	215.494	173.514		
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA				
ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	9.834	18.636		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	19.550	27.346		
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	36	903		
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(413)	1.304		
	244.501	221.703		
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	7.661	(11.022)		
IR e CSLL a Recuperar	(14.134)	(1.566)		
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	4.375	(508)		
Depósitos judiciais	(12)	(706)		
Despesas pagas antecipadamente	(10)	123		
Coligadas e Controladas	5.337	(1.920)		
Outros ativos	36	(2.816)		
	3.253	(18.415)		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	4.249	1.325		
Salários e encargos a pagar	810	(151)		
Encargos de dívidas e swap pagos	(20.190)	(23.745)		
Taxas regulamentares	(1.367)	(190)		
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	13.569	740		
Coligadas e Controladas	(2.345)	2.079		
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(13.636)	(29.744)		
Outros passivos	108	(202)		
	(18.802)	(49.888)		
CAIXA ORIUENDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(525)	-		
Aquisição de imobilizado	(6.694)	(3.659)		
Aquisição de intangível	(1.110)	-		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(7.603)		
Resgate de títulos e valores mobiliários	2.982	-		
	(5.347)	(11.262)		
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Captação de Debêntures	-	200.000		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-	(61.549)		
Amortização do principal de debêntures	-	(108.002)		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(166.736)	(105.607)		
	(166.736)	(75.158)		
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Caixa e equivalentes no início do exercício	56.869	66.980		
Caixa e equivalentes no final do exercício	115.497	48.517		
	172.366	115.497		
VARIACÃO LÍQUIDA DE CAIXA				
	56.869	66.980		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ENDIVIDAMENTO

A Itapebi registrou a segunda emissão das debêntures, em duas séries, em janeiro de 2007, em que a primeira parcela do principal da



6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	7.382	1.110
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	7.089	2
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	35
Programa de Integração Social - PIS	(c)	7.165	9.493
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	3	3
Outros		5	4
Não Circulante			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	2.013
Total		21.644	10.647

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e COFINS a recuperar:

Alargamento da base de cálculo - A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal - 1ª Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, e, observando as exigências da Deliberação CVM nº 489, que aprovou a NPC 22 do Conselho Federal da Contabilidade, procedeu, no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil.

7 Tributos e Contribuições Sociais Correntes e Diferidos

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Imposto de renda e contribuição social	(a)	195	451
Diferido ativo		7.284	7.179
Diferido passivo		(7.089)	(6.728)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	6.729	8.126
Total		6.924	8.577

a) Imposto de renda e contribuição

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo		31/12/11	
	Base de Cálculo	Tributo Diferido	Base de Cálculo	Tributo Diferido
Imposto de Renda				
Diferenças temporárias	913	228	1.471	368
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(362)	(33)	930	83
Total	195	(33)	930	83

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	2.306	2.306	-	-
Provisão PLR	2.014	2.014	1.351	1.351
Depreciação indedutível (provisão para contingências ambientais)	5.244	5.244	5.021	5.021
Ajustes RTT				
Uso do bem público	9.971	9.971	8.942	8.942
Diferença de amortização de diferido	2.537	2.537	2.854	2.854
Outros ajustes de RTT	1.273	-	541	-
Outros	(1.583)	(1.585)	2.550	2.550
Total Ativo	21.762	20.487	21.259	20.718
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	(19.196)	(19.196)	(18.058)	(18.058)
Uso do bem público	(1.653)	(1.653)	(1.730)	(1.730)
Total Passivo	(20.849)	(20.849)	(19.788)	(19.788)
Total Líquido	913	(362)	1.471	930

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo CPC 32 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

	31/12/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	215.494	215.494	173.514	173.514
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.399)	(1.399)	(1.584)	(1.584)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	383	(349)	(3.670)
Juros sobre capital próprio	(22.733)	(22.733)	(20.165)	(20.165)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	191.745	191.013	148.095	148.095
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	47.936	17.191	37.024	13.329
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	-	-	1	-
Multas indedutíveis	-	-	2	1
Outras adições	649	348	1.175	485
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(686)	(247)	(768)	(277)
Incentivo fiscal SUDENE	(35.811)	-	(28.131)	-
Incentivos audiovisuais/rouanet e PAT	(723)	-	(504)	-
Outras exclusões	(371)	-	(319)	(106)
Total	(37.591)	(247)	(29.722)	(383)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.994	17.292	8.480	13.432
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerada (compensação)	-	-	712	304
Diferido de diferença temporária de RTT	96	(31)	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.090	17.261	9.192	13.736

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

b) Benefício fiscal - Ágio incorporado da controladora

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da permissão/autorização.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do Artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo.

Em 11 de dezembro de 2006, por meio de reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Extraordinária da ITAPEBI realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004.

Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 10 de novembro de 2006 foi aprovado aumento de capital na Sociedade de Propósito Específico (SPE) Guaraniária Participações S.A. integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA S.A. na ITAPEBI, na data base de 31 de outubro de 2006. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são de R\$ 6.729 e R\$ 8.126 respectivamente. Este saldo será amortizado até o final do período de concessão.

8 Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

	31/12/12	31/12/11
Trabalhistas	1.267	1.322
Cíveis	1.273	1.211
Fiscais	4	-
Total	2.545	2.533

9 Imobilizado

	31/12/12			31/12/11		
	Taxas Anuais Médias Ponderadas de Depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos		10.433	-	10.433	9.876	
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33	286.302	(60.862)	225.440	218.834	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	222.410	(81.716)	140.694	135.618	
Máquinas e equipamentos	4,06	97.277	(30.501)	66.776	86.208	
Veículos	14,3	909	(602)	307	436	
Móveis e utensílios	6,3	658	(658)	-	341	
Em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		309	-	309	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.668	-	2.668	247	
Máquinas e equipamentos		2.616	-	2.616	746	
Móveis e utensílios		16	-	16	-	
Total		623.598	(174.339)	449.259	452.306	

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em Serviço			Em Curso		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Valor Líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	606.353	(155.040)	451.313	993	993	452.306
Adições	-	-	-	6.694	6.694	6.694
Baixas	(60)	40	(20)	(16)	(16)	(36)
Depreciação	-	(9.705)	(9.705)	-	-	(9.705)
Transferências	11.696	(9.634)	2.062	(2.062)	(2.062)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	617.989	(174.339)	443.650	5.609	5.609	449.259

Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável desses ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

12 Debêntures e Encargos

Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos		Remuneração	Taxa Efetiva	Encargos		Total
			Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante	
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.	20.000	-	111% CDI a.a.	111% CDI	2.833	-	202.833
							(160)	(360)	(520)
							2.833	(160)	199.640
							2.833	(160)	202.313

Total

A Companhia recebeu da CVM em 31 de maio de 2006 o registro da 2ª emissão de debêntures no âmbito do 1º Programa de emissão pública de debêntures da Itapebi arquivado na CVM em 25 de setembro de 2006. A referida emissão no montante de R\$ 175.000 foi dividida em duas séries de R\$ 87.500 cada, com custo de IGP+ 9,5% a.a., datas de emissão de 1º de junho de 2006 e 1º de dezembro de 2006 e prazo de vencimento de seis anos, com vencimentos anuais, sendo a primeira série de 01/06/2007 a 01/06/2012 e a 2ª série de 01/12/2007 a 01/12/2012.

Em 2 de julho de 2007 essa emissão foi concretizada, ingressando no caixa R\$ 176.828 equivalente ao valor nominal das duas séries corrigido desde a data de emissão e líquido das amortizações previstas da data de emissão para data de liquidação. Com os recursos da 2ª emissão de debêntures e parte do caixa acumulado, a Companhia efetuou em 3 de julho de 2007 o resgate antecipado das debêntures referentes a 1ª emissão no valor de R\$ 225.646.

O pré-pagamento da 2ª emissão de debêntures da Itapebi foi realizado com o intuito de reduzir os custos e aumentar o prazo da dívida da empresa, em linha com a política financeira do Grupo Neoenergia.

Em 20 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, e juros pagos semestralmente com custo de 111% do CDI. Os recursos serão destinados para a melhoria do perfil de dívida da Companhia.

A 3ª emissão de debêntures é destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476. As debêntures foram registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND - Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

Os recursos captados através da 3ª emissão de debêntures serão destinados ao ajuste do perfil de dívidas da Companhia.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/12		31/12/11	
	Debêntures	Custos Transação	Debêntures	Custos Transação
2013	-	-	-	(118)
2014	-	(158)	-	(118)
2015	80.000	(127)	80.000	(118)
2016	80.000	(65)	80.000	(118)
2017	40.000	(10)	39.990	(48)
Após 2017	-	-	-	-
Total	200.000	(360)	200.000	(520)

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	31/12/12		31/12/11	
	Debêntures	Custos Transação	Debêntures	Custos Transação
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.462	199.480	203.942	18.401
Encargos	-	-	-	(20.190)
Amortizações e pagamentos de juros	-	-	-	(160)
(-) Custos de transação	-	-	-	160
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.673	199.640	202.313	202.313

Condições restritivas financeiras (covenants)

Conforme Escritura da 3ª emissão de debêntures simples temos cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

- 3ª Emissão de debêntures Simples - Relação Dívida Líquida/EBITDA menor que 3,0 (três) e Relação EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2 (dois).

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Para a operação acima foi dada em garantia aval/finança da Neoenergia.

13 Salários e Encargos a Pagar

	31/12/12	31/12/11
Encargos sociais	256	578
Provisões férias e 13º salário	725	222
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	-	1.135
Provisão PLR	1.800	-
Outros	-	36
Total	2.781	1.971

14 Taxas Regulatórias

	31/12/12	31/12/11
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	208	270
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	66
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.449	4.479
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	78	72
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFCURH	1.481	1.801
Ministério de Minas e Energia - MME	105	-
Total	5.321	6.688
Circulante	3.170	2.628
Não circulante	2.151	4.060

15 Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/12	31/12/11
Circulante		



Continuação

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, a partir de 2008, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no Artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda. Até 2008 o montante do benefício era apropriado diretamente à conta de Reserva de Capital.

Reserva Especial de Ágio
Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio. (vide Nota Explicativa nº 7).

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva legal da Companhia já atingiu ao limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída.

19 Receita Líquida

	Ref.	31/12/12	31/12/11
Fornecimento de energia	(a)	323.277	368.823
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		10.620	5.495
Total receita bruta		333.897	374.318
(-) Deduções da receita bruta	(b)	(15.961)	(21.160)
Total receita operacional líquida		317.936	353.158

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Nº de Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Suprimento	1	1	1.877.268	2.538.961	323.277	368.823
Total	1	1	1.877.268	2.538.961	323.277	368.823

(b) Deduções da receita bruta

	31/12/12	31/12/11
IMPOSTOS:		
PIS	(2.277)	(3.141)
COFINS	(10.504)	(14.486)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(3.180)	(3.533)
Total	(15.961)	(21.160)

20 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Ref.	Acumulado		31/12/12	31/12/11
		Custos dos Serviços	Despesas Gerais e Administrativas		
Pessoal	(a)	(2.646)	(12.520)	(15.166)	(10.707)
Administradores		-	(555)	(555)	(121)
Entidade de previdência privada		(137)	(645)	(782)	(462)
Material		(409)	(142)	(551)	(512)
Serviços de terceiros		(4.931)	(4.555)	(9.486)	(8.587)
Taxa de Fiscalização Serviço		(936)	-	(936)	(864)
Energia Elétrica - TFSCE		(5.777)	-	(5.777)	(6.291)
Compensação Financeira		(13.941)	-	(13.941)	(76.169)
Recursos Hídricos - CFRH		(33.410)	-	(33.410)	(30.713)
Encargos de uso de rede		(9.507)	(327)	(9.834)	(18.636)
Depreciação e amortização		(221)	(1.338)	(1.559)	(1.640)
Arrendamentos e alugueis		(33)	(177)	(210)	(263)
Tributos		-	(112)	(112)	(2.201)
Provisões líquidas - contingências		(1.094)	(768)	(1.862)	(1.364)
Outros		(73.042)	(21.139)	(94.181)	(158.530)
Total custos/despesas		(73.042)	(21.139)	(94.181)	(158.530)

a) Custo e despesa de pessoal

	31/12/12	31/12/11
Remunerações	(6.400)	(3.381)
Encargos sociais	(2.515)	(2.466)
Auxílio-alimentação	(634)	(593)
Convênio assistência e outros benefícios	(1.523)	(1.141)
Rescisões	(16)	(82)
Férias e 13º salário	(1.401)	(1.157)
Plano de saúde	(962)	(748)
Participação nos resultados	(1.715)	(1.349)
Total	(15.166)	(10.707)

21 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/12			31/12/11		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	d)	Energia fornecida	27.646	-	323.277	26.854	-	306.690
		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	(159)
		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	1.076	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	31	(241)	-	-	23
		Total	27.646	1.107	323.036	26.854	23	306.531
CELPE		Debêntures - Aplicação/Emissão	387	841	-	-	-	-
		Total	387	841	-	-	-	-
COSERN		Debêntures - Aplicação/Emissão	61	601	-	-	-	-
		Total	61	601	-	-	-	-
TERMOFERNAMBUCO		Debêntures - Aplicação/Emissão	1180	133	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	-	1.181	-	-	-
		Total	1.180	133	1.181	-	-	-
ITAPEBI		Debêntures - Aplicação/Emissão	607	607	-	-	-	-
		Total	607	607	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	114	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	1.951	-	1.951	-	-	-
		Total	1.951	114	1.951	-	-	-
NC ENERGIA	a)	Energia comprada	-	429	(5.196)	-	737	(66.869)
		Reembolso de despesa	-	153	-	-	-	-
		Total	1.236	582	(5.196)	1.240	412	(66.869)
NEDENERGIA SERVIÇOS	e)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	39	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	-	-	88	-	-	-
		Total	39	88	-	-	-	-
BAGUARI I	e)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	99	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	1.932	-	1.932	-	-	-
		Total	1.932	99	1.932	-	-	-
BAHIA PCH I		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	57	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	1.305	-	1.288	-	-	-
		Total	1.305	57	1.288	-	-	-
BAHIA PCH II	e)	Reembolso de despesa	520	-	520	-	-	-
		Total	520	-	520	-	-	-
RIO PCH I	e)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	65	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	1.298	-	1.298	-	-	-
		Total	1.298	65	1.298	-	-	-
NEDENERGIA INVESTIMENTOS		Debêntures - Aplicação/Emissão	-	28	-	-	-	-
		Total	28	-	-	-	-	-
GOIÁS SUL	e)	Debêntures - Aplicação/Emissão	-	34	-	-	-	-
		Reembolso de despesa	2.127	-	2.127	-	-	-
		Total	2.127	34	2.127	-	-	-

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2012, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

José Maurício Pereira Coelho

Gonzalo Pérez Fernandes

Solange Maria Pinto Ribeiro

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora-Presidente de Planejamento, Controle e Regulação

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013

Solange Maria Pinto Ribeiro

Diretora-Presidente

Diretora de Planejamento e Controle

Diretora de Regulação

Diretora de Planejamento e Controle

Diretora de Regulação

Erik da Costa Breyer

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Lady Batista de Moraes

Diretora de Gestão de Pessoas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva

Presidente

Gonzalo Pérez Fernandes

Vice-Presidente

Titulares

Jose Maurício Pereira Coelho

Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes

Jorge Luiz Pacheco

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

André Luis Dantas Furtado

Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Itapebi Geração de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Itapebi" ou "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a

respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em

Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	172.366	172.366	115.497	115.497
Títulos e valores mobiliários	4.621	4.621	7.603	7.603
Contas a receber de clientes e outros	27.646	27.646	35.307	35.307
Passivo				
Fornecedores	(14.072)	(14.072)	(9.823)	(9.823)
Debêntures em moeda nacional	(202.313)	(205.722)	(203.942)	(207.378)

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

Fatores de risco

Riscos financeiros

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Operação	R\$ Mil			
	Risco	Cen		